



DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES DA PESCA ARTESANAL NO BAIXO TOCANTINS-PA

Challenges of social organizations in the face transformations of artisanal fisheries in the Baixo Tocantins region, Pará

Silvane de Freitas Marques¹
Francinei Bentes Tavares²
Lúcia Daiane Copetti³

RESUMO

O objetivo da pesquisa é discutir como, a partir dos impactos socioambientais decorrentes da diminuição da pesca na região do Baixo Tocantins-PA, os atores sociais relacionados aos movimentos sociais organizados buscaram fortalecer as iniciativas voltadas para a população pescadora. Foram adotadas metodologias qualitativas e quantitativas, sendo realizadas cinco entrevistas com os representantes das Colônias de Pescadores dos municípios do Baixo Tocantins. A pesca tem bastante importância econômica e social nesse território, mas a construção da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí é tida como um dos grandes problemas para a atividade pesqueira, dentre outros fatores, como o aumento populacional da região. Os resultados indicam que os movimentos representativos dos pescadores buscaram se organizar por meio da demanda por políticas públicas e por iniciativas como os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas.

Palavras-chave: Colônias de Pescadores, acordos de pesca, políticas públicas, territórios pesqueiros.

¹ Bacharel em Agronomia pelo Campus Universitário do Tocantins / Cametá – Universidade Federal do Pará (CUNTINS / UFPA). E-mail: silvanemarques01@gmail.com – Endereço para correspondência: Rua Vinte e Três de Novembro, nº 2241. Bairro: Brasília. CEP: 68.400-000. Cametá-PA.

² Docente da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM), do Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba – Universidade Federal do Pará (CUBT / UFPA). E-mail: francinei@ufpa.br

³ Professora Colaboradora da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: luciapetti@yahoo.com.br

ABSTRACT

This research discusses how social actors related to social movements sought to strengthen initiatives aimed towards fishers after becoming aware of the socio-environmental impacts of fishing reduction in the Baixo Tocantins region, Pará state, Brazil. Qualitative and quantitative methodologies were adopted, with five interviews with the representatives of the fishers unions in municipalities of the Baixo Tocantins region. Fishing is both economically and socially important in this territory; however, the construction of the Tucuruí Hydroelectric Plant (UHE) has caused great problems for fishers, among other cited factors, such as regional population growth. Research results indicate that the fishers movements sought to self organize by demanding public and through initiatives such as fishing agreements in the riverine communities.

Keywords: fishers' unions, fishing agreements, public policies, fishing territories.

1. INTRODUÇÃO

A prática pesqueira na microrregião do Baixo Tocantins (Figura 1) é predominantemente artesanal⁴, considerada uma das atividades mais tradicionais que existe, possuindo uma importante função socioeconômica, pois fornece uma das fontes essenciais de alimento (proteína), mão de obra e renda, tanto na zona urbana quanto na zona rural, tendo a produção destinada basicamente à alimentação familiar e, quando bem-sucedida, também é comercializada. Por ser artesanal e praticada por muitas pessoas, a produção é difícil de ser quantificada (SANTOS;

SANTOS, 2005). Sob esta ótica, a pesca artesanal destaca-se tanto por seu volume de produção, quanto pela quantidade de pessoal envolvido (PTDRS, 2010), além da diversidade das espécies capturadas.

Nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, a pesca, além de ser praticada para a subsistência das famílias, também assume caráter profissional e é culturalmente expressiva, pois envolve homens e mulheres de diferentes idades que normalmente empregam a força e o empenho do corpo humano em seu exercício, utilizando apetrechos⁵

⁴A pesca artesanal é uma atividade produtiva caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado. Emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (SILVA; LEITÃO, 2012). A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no seu Art. 8º, Inciso II, define que a atividade de pesca é artesanal quando praticada diretamente

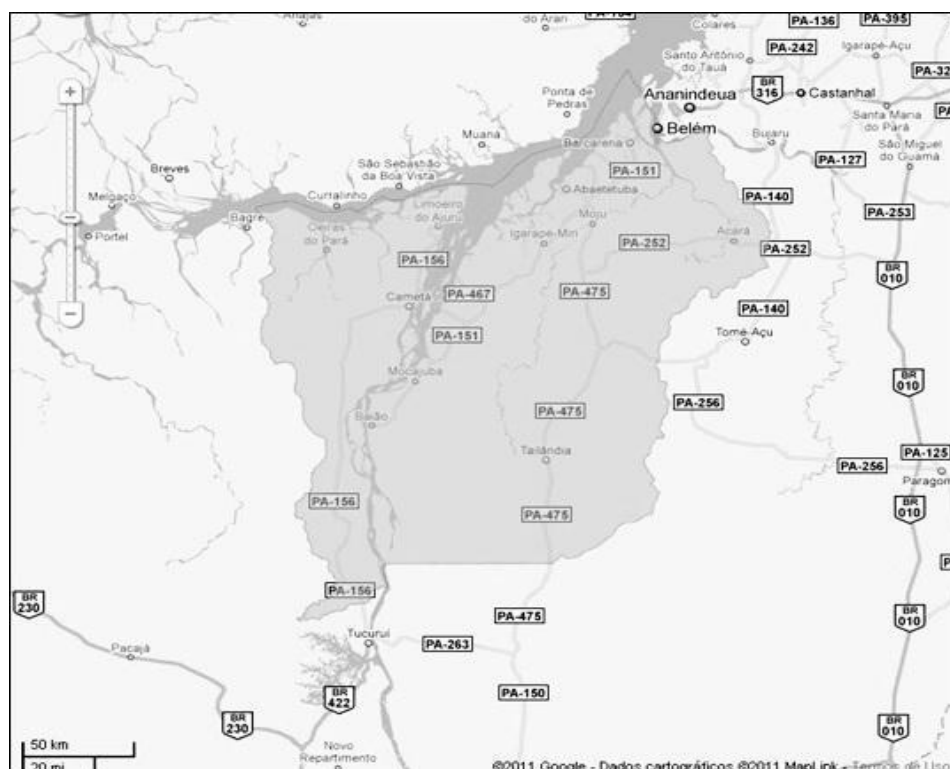
por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2009).

⁵ Os apetrechos são os utensílios utilizados pelos pescadores artesanais para desenvolver suas

comprados no mercado local e/ou confeccionados pelos próprios pescadores. Na maioria das vezes, é utilizado um barco a motor ou a remo, porém quando se trata

da pesca nos igarapés próximos a residência, o pescador muitas vezes não utiliza embarcações, apenas os apetrechos e segue caminho andando

Figura 1: Localização geográfica da microrregião do Baixo Tocantins – Pará



Fonte: SIT / MDA (2011). OBS: A microrregião do Baixo Tocantins encontra-se localizada na região Nordeste do Estado do Pará (Brasil), abrangendo uma área de 36.024,20 km² e sendo composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia.

Os pescadores, em sua maioria, são representados pelas Colônias de Pescadores existentes na região, que hoje são entidades sociais equiparadas a Sindicatos Rurais,

legítimas representantes da classe, que dão suporte para a profissionalização juridicamente desses trabalhadores. Igualmente a outros sindicatos de outras

atividades. Os apetrechos de pesca utilizados na região do Baixo Tocantins em geral são a malhadeira, matapi, linha de anzol, tiradeira, arpão, zagaia, espinhel, pari, paredão, que por séculos vêm

sendo utilizados por esses povos das águas, representam essa dinâmica cultural (BARRA *et al.*, 2006).

categorias profissionais, as Colônias de Pescadores fazem cobrança mensal da contribuição sindical da classe.

Essas e outras conquistas se deram após muitos anos de luta e espera, pois, apesar da profissão pescador/pescadora ser antiga, o reconhecimento dessas entidades como representativas, equiparando-se aos Sindicatos Rurais, foi dado somente a partir de 2008, quando o Governo Federal sancionou a Lei nº 11.699, que regulamentou o que estava disposto na Constituição Federal de 1988 (MPP, 2012), fortalecendo-as de forma legal e dando-lhes maior legitimidade (AMORIM, 2014).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é discutir como, a partir dos impactos socioambientais decorrentes da diminuição da pesca na região a jusante da UHE de Tucuruí, devido a diversos fatores, os movimentos sociais organizados representativos dos pescadores e as próprias comunidades ribeirinhas buscaram fortalecer as iniciativas voltadas para a população pescadora, tendo como elementos centrais dois aspectos: primeiramente, compreender como esses movimentos reagiriam frente a esse cenário de baixa dos estoques pesqueiros no Baixo Tocantins; e em segundo lugar é importante destacar que houve muitas transformações

na atividade de pesca na região nas últimas décadas, e entender os desafios postos para os movimentos dos pescadores é fundamental para ir além de políticas públicas pontuais e intermitentes para este setor.

A realização desta pesquisa justifica-se no fato dessa região ficar a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí e desde sua implantação, na década de 1980, sofrer significativas transformações ecológicas, sociais e territoriais. Estudos apontam os grandes impactos nos sistemas produtivos de grupos locais, principalmente nas atividades da pesca, visto que o barramento do Rio Tocantins causou uma série de “crises ecológicas”, percebidas localmente por agentes sociais como mudanças na qualidade da água, perda do “controle” da maré devido à alteração do regime do rio, estrangulamento das atividades de pesca e do extrativismo (SILVA, 2003), como será detalhado melhor adiante.

Para Cardoso (2009), o resultado dessas dinâmicas territoriais, sociais, econômicas e ambientais são situações de conflitos, alianças, lutas e mecanismos de disputas políticas envolvendo os trabalhadores da pesca. Diante dessas circunstâncias, as respostas dos pescadores

aparecem em várias frentes, envolvendo os espaços de trabalho e morada e as instituições voltadas à representação de seus interesses profissionais – tais como colônias ou sindicatos, ou outras instituições ligadas aos seus espaços de vida.

No entanto, o Baixo Tocantins é considerado um território da pesca, um dispositivo de ação pública implementado pelo Governo Federal desde o ano de 2008. A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura é uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável – Mais Pesca e Aquicultura. Ela incorporou a abordagem territorial aos programas e ações do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), que atualmente faz parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e buscou entender as necessidades dos pescadores e aquicultores no seu contexto, trazendo o setor para dialogar com os demais atores territoriais e favorecendo processos participativos (MPA, 2013a). Nesse sentido, utiliza o mesmo conceito do Programa Territórios da Cidadania do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA),

atualmente denominada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Rural (SEAD), e vinculada à Casa Civil da Presidência da República⁶.

A abordagem territorial trouxe para as ações do ex-MPA duas novidades: a ampliação da participação social e a descentralização dos processos de decisão. Para o Ministério, a adoção da abordagem territorial implica em fortalecer, nos territórios, a capacidade dos pescadores e aquicultores a se integrar no esforço, juntamente com os demais atores sociais e governos locais, da gestão social do desenvolvimento (MPA, 2013b). Porém, esses elementos são pouco desenvolvidos quando se considera o contexto da pesca no âmbito da região do Baixo Tocantins, ou seja, até hoje, não houve a implantação da política Territorial da Pesca e Aquicultura na região como o previsto (MARQUES; PIRAUX; TAVARES, 2014).

Dessa forma, é importante discutir sobre os principais meios utilizados pelas colônias de pescadores para minorar os impactos vivenciados pelos pescadores nessa região a partir da diminuição dos

⁶ O MPA foi extinto e incorporado ao MAPA na reforma ministerial de outubro de 2015, ainda durante o Governo Dilma Rousseff. Já a extinção do

MDA foi uma das medidas tomadas para atender o ajuste fiscal feito pelo Governo de Michel Temer, já em 2016, atendendo principalmente aos desejos dos setores ligados ao agronegócio.

recursos pesqueiros, para fortalecer as dinâmicas organizativas locais e para construir continuamente a legitimidade representativa das populações de

pescadores. Esses elementos serão trabalhados de maneira mais detalhada a seguir.

2. METODOLOGIA

O Território do Baixo Tocantins pertence ao estuário do Rio Amazonas e se forma por extensas áreas de várzeas (com um arquipélago de ilhas interligadas pelas águas do Rio Tocantins) e de terra firme, se caracterizando por altas precipitações, e pela influência da maré nas áreas de várzea, nas quais boa parte da população vive diretamente na beira dos rios e igarapés, os denominados ribeirinhos. Nas áreas de ilhas, as atividades econômicas predominantes são o extrativismo do açaí e a pesca; na terra-firme, a principal produção é de pimenta-do-reino e de culturas anuais, com destaque para o cultivo da mandioca para a produção de farinha (DURR; COSTA, 2008). Dessa forma, a combinação de açaí, farinha e pescado formam o mais famoso cardápio regional.

Este Território abrange uma área de 36.024,20 Km² e possui 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Destes, apenas Moju e Oeiras do Pará não são banhados pelo rio Tocantins, e

sim pelos rios Moju e Pará (COSTA, 2006 citado por NOGUEIRA *et al.*, 2011). Por ter sido diretamente influenciada por dois grandes projetos pensados e desenvolvidos na Amazônia a partir do ano de 1980, o complexo Albrás / Alunorte e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (localizada a montante dos municípios), o Território do Baixo Tocantins sofreu uma estagnação econômica ao invés do tão vislumbrado desenvolvimento em cadeia, durante as últimas décadas (PADINHA; OLIVEIRA, 2008).

Devido à temática abordada neste trabalho, a pesquisa de campo limitou-se aos municípios de Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri, pertencentes à área de influência a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, considerados diretamente impactados pelo empreendimento (PPDS-JUS, 2003), e, por isso mesmo, os principais municípios em que os relatos dos pescadores indicam uma fragilização da atividade pesqueira.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados consistiram nas abordagens qualitativa (entrevistas com informantes-chave, conversas informais, etc.) e quantitativa (análise dos dados coletados, entre outras atividades). A elaboração do trabalho de pesquisa se deu de acordo com os seguintes passos: i) Elaboração do plano de trabalho da bolsa de extensão em março de 2013, norteador as ideias iniciais acerca do estudo; ii) Levantamento bibliográfico da pesquisa tendo como fontes principais: *sites* da internet, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), dissertações e teses, artigos científicos e livros sobre o tema e; iii) realização da pesquisa exploratória nas instituições representantes dos pescadores.

Nesse sentido, foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com os representantes das seguintes Colônias de Pescadores: Colônia Z – 15 de Igarapé Miri, Colônia Z – 16 de Cametá, Colônia Z – 38 de Mocajuba, Colônia Z – 34 de Baião e Colônia Z – 46 de Limoeiro do Ajuru, além do levantamento de dados disponíveis no âmbito das instituições sobre as políticas de pesca, e as pesquisas bibliográficas acerca do tema escolhido para estudo. Além disso, foi realizada uma entrevista com o Assessor Técnico do extinto MPA no Estado do Pará, para obter maiores detalhes sobre a execução das políticas públicas envolvendo

as áreas de atuação do ex-MPA no Baixo Tocantins, em novembro de 2013.

A realização da pesquisa deu-se em dois períodos. O primeiro deles se situou entre março de 2013 a fevereiro de 2014, durante a atuação da primeira autora deste trabalho como bolsista do Programa de Extensão intitulado “Ação coletiva e uso de recursos naturais na agricultura familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA)”, vinculado ao Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar – GEDAF, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e financiado pelo Edital PROEXT / MEC 2013 (Programa de Apoio à Extensão Universitária / Ministério da Educação). Esse programa possuía como pressupostos:

O diálogo constante com as comunidades ribeirinhas e suas lideranças, com os técnicos e seus coordenadores e com outras instituições relacionadas ao desenvolvimento regional, especialmente aquelas representadas em fóruns e espaços coletivos interinstitucionais de discussão e avaliação de políticas e iniciativas de desenvolvimento rural (TAVARES *et al.*, 2013, p. 25).

O plano de trabalho desenvolvido no período da bolsa foi intitulado “O território da pesca do Baixo Tocantins: implementação e resultados”. O segundo período da realização da pesquisa se deu entre agosto de 2016 a fevereiro de 2017, para a confirmação e atualização de dados

coletados nas instituições e para novas pesquisas bibliográficas.

Os levantamentos de dados da região do Baixo Tocantins e articulação dos procedimentos que foram adotados ao longo da construção do trabalho foram os seguintes: a) descrição sucinta das grandes características da pesca no território do Baixo Tocantins; b) realização de entrevistas semiestruturadas sobre os impactos vivenciados pelos pescadores na atividade e sobre a dimensão organizativa de suas instituições representativas; e c) análise dos resultados encontrados e construção do trabalho de pesquisa.

Por fim, é importante destacar que esta pesquisa apresentou grande importância para o entendimento sobre a atividade pesca na região, haja vista que a primeira autora deste texto origina-se de uma comunidade ribeirinha denominada Jenipapo, pertencente ao distrito de Janua Coele, no município de Cametá-PA. Ademais, é filha de pescadores artesanais que sentiram de perto os impactos causados pela construção da UHE de Tucuruí, sendo que muitas famílias locais, para ter acesso ao pescado, precisam comprar de outras áreas ou fazer uso da piscicultura, como é o caso da família da autora. Isso demonstra que os recursos pesqueiros não são tão

abundantes como antes, como confirmam os relatos atuais dos pescadores mais velhos.

Entretanto, algumas comunidades próximas da cidade de Cametá, como a de Jaracuera Grande (Figuras 2 e 3) e a de Jacaré Xingu, organizaram os assim chamados acordos de pesca, uma iniciativa apoiada pela Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, e que tem dado bons resultados, refletindo-se não somente nas comunidades-sede, mas também nas comunidades vizinhas. Esses fatos demonstram que os elementos organizativos das próprias populações ribeirinhas são importantes para essa discussão, além das políticas públicas direcionadas para as atividades de pesca.

Esses acordos de pesca visaram aumentar a conservação dos recursos pesqueiros existentes. Um exemplo é o problema causado pela diminuição dos estoques do mapará (*Hypophthalmus edentatus*), espécie anteriormente bastante numerosa e frequente e, principalmente, muito apreciada pelos moradores da região, e que é pescada coletivamente com apetrechos como redes de pesca em uma prática conhecida localmente por “borqueio” (Figuras 4 e 5).

Figura 2: Pescadores participantes do acordo de pesca na comunidade de Jaracuera Grande (Cametá-PA)



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 3: Pesca coletiva com uso de rede



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 4: Prática do “borqueio” do mapará em Jaracuera Grande (Cametá-PA)



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Figura 5: Peixes da espécie mapará, resultantes do “borqueio”, que serão divididos entre os participantes do acordo de pesca, para o consumo local e a comercialização



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

3. A GESTÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS COMO INSTRUMENTOS DE AÇÃO COLETIVA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre 1975 e 1985, a dinâmica socioeconômica da região do Baixo Tocantins se alterou, dentre outros motivos, a partir da construção da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí, em virtude das implicações ambientais, territoriais e demográficas ocasionadas pelas barragens do reservatório hidráulico (ABRAHIM *et al.*, 2008 citado por RESQUE *et al.*, 2010). Já segundo Sousa *et al.* (2010), a UHE, concluída em 1984, represou o rio Tocantins, impedindo com isso a adubação natural das várzeas. Em consequência, alterou abruptamente os ciclos das marés, assoreou o rio, influenciando na diminuição e até desaparecimento de várias espécies de peixes, além de modificar o mercado de terras na área e favorecer a introdução de novos agentes na economia local (voltados para a extração intensiva de madeira e formação de pastagens para a pecuária), modificando completamente a relação com a floresta e o rio.

De acordo com Barbosa *et al.* (2010), esse fato se deu devido ao fenômeno de eutrofização manifestado pela proliferação de algas filamentosas associados à atividade pesqueira intensa na região. A qualidade da água do rio também foi drasticamente alterada, pois antes da

construção da barragem a água era usada para ingestão e uso das famílias ribeirinhas, e atualmente não é possível consumi-la, entre outros fatores. Essa alteração na qualidade da água do Rio Tocantins foi estudada por Ribeiro (1996 citado por BARBOSA *et al.*, 2010), que concluiu que parte dessa modificação ocorreu em virtude da construção da barragem da UHE Tucuruí e da inundação de uma considerável biomassa florestal, que, com o passar dos anos, entrou em decomposição e causou interferências nas características naturais do curso do rio, resultando na referida alteração.

Assim, ainda de acordo com Barbosa *et al.* (2010), a construção da barragem da UHE Tucuruí trouxe um impacto negativo à vida dos ribeirinhos. Houve uma diminuição no quantitativo de peixes na região a jusante da barragem, tanto no quantitativo dentro de cada espécie como no número de espécies existentes nessa região.

Nas últimas duas décadas, vem se constatando uma mudança sistemática no modo de vida dos ribeirinhos que passam a utilizar o corte dos açaiçais para a comercialização do palmito. Segundo Sousa *et al.* (2010, p. 48), os efeitos da

barragem construída em Tucuruí “[...] sobre o Baixo Tocantins foram resultados de uma ação proposital por parte do governo nacional dizimando sua base econômica e gerando, dentre outros, um colapso da pesca em Cametá” e em outros municípios da região.

Ainda segundo um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) envolvendo moradores da Ilha de Jacaré Xingu (município de Cametá), elaborado por Silva Jr. *et al.* (2010), o principal efeito negativo causado pela construção da barragem foi a significativa diminuição de espécies e quantidade de peixes. A baixa dos estoques pesqueiros e as alterações na dinâmica de reprodução das espécies causadas pela sobre-exploração dos estoques em queda motivaram os moradores a firmar entre os anos de 1995 e 1998 o primeiro Acordo de Pesca entre os habitantes da ilha. Segundo o MMA (2006), os acordos se constituem como o elemento central de novas estratégias de manejo dos recursos pesqueiros, adaptados às condições ambientais surgidas após a construção da barragem de Tucuruí.

Ainda para Silva Jr. *et al.* (2010), entre as 25 famílias da amostra escolhida para a construção do DRP, 13 citaram a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como fator que

ameaça a pesca realizada na região, causando ainda muitos transtornos e redução substancial dos recursos naturais comprometendo, dessa forma, a qualidade de vida dos moradores. No entender dos moradores, este fator estaria dificultando a própria reprodução social das famílias, principalmente durante a entressafra do açai, quando não se tem o peixe em quantidade para garantir o consumo das famílias em níveis adequados. O impacto gerado pela barragem foi tão grande que, segundo Silva Jr. (2010, p. 40):

[...] é reconhecido por todos os camponeses que a “construção da barragem” inaugura um outro período em suas vidas. [...] e que atualmente os camponeses / ribeirinhos contam as suas histórias dividindo-as em dois períodos: “antigamente”, ou seja, antes da construção e “hoje”, depois da construção da barragem.

Obviamente, a diminuição dos recursos pesqueiros pode ser associada a mudanças nos hábitos alimentares da população ribeirinha e também da parte urbana, que depende da pesca no rio Tocantins e seus afluentes para garantir o consumo proteico na dieta, o que pode afetar diretamente a questão da segurança alimentar entre os ribeirinhos e de forma geral entre a população regional, pelo aumento da demanda e consequente subida dos preços em torno do pescado.

Certamente, não se pode menosprezar políticas públicas redistributivas do Governo Federal, como o Seguro-Defeso (um tipo de seguro-desemprego pago para os pescadores) e o Programa Bolsa Família. O que pode estar acontecendo, segundo Resque *et al.* (2010), que elaboraram um DRP sobre a Ilha Cação (em Cametá), é o fato de que durante o período do defeso⁷ (quatro meses nos quais os pescadores devem respeitar o período de reprodução das espécies), e que em geral se estende de novembro a março, as famílias recebem o valor de um salário mínimo mensal. Como esse período coincide com o final da safra do açaí, que também é essencial na alimentação das populações ribeirinhas, pode-se perceber que os recursos advindos do seguro-defeso podem estar sendo utilizados para adquirir produtos externos às comunidades (alimentos industrializados, por exemplo), reduzindo a autonomia das famílias frente aos mercados locais e podendo afetar a segurança alimentar das localidades, tendo em vista a perda proteica advinda da diminuição do consumo do pescado.

Como a renda das famílias já é relativamente baixa, ainda de acordo com

Resque *et al.* (2010), a renda do seguro defeso chega a constituir entre 23% e 39% da renda total das famílias, entre os meses de novembro e fevereiro. Quando utilizada para adquirir alimentação em áreas urbanas, tais aspectos podem contribuir para enfraquecer as condições socioeconômicas de reprodução familiar, já que há uma maior dependência dos mercados e de suas variações de preço. E isso ocorre justamente no período em que as famílias se encontram mais fragilizadas em termos de disponibilidade alimentar, devido ao defeso e à entressafra do açaí.

Essa problemática motivou ações de intervenção técnica nos sistemas produtivos locais. Na Ilha Cação, por exemplo, estes autores citam que, através da intervenção da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC), alguns moradores da localidade foram capacitados para a produção de peixes em tanques-rede, sendo uma estratégia pensada visando garantir o fornecimento de pescado de forma racional e equilibrada no decorrer do ano, inclusive na época do defeso. Foram instalados quatro tanques na ilha, em mutirão pela comunidade, destinados à criação de tambaqui (*Colossoma*

⁷ Na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Art. 2º, Inciso XIX, define-se o defeso como a paralisação temporária da pesca para a preservação das espécies,

tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais.

macropomum). No entanto, Resque *et al.* (2010) afirmam que tal atividade não obteve êxito e os tanques instalados na comunidade estão desativados, tendo em vista o mal dimensionamento destes tanques e o surgimento de algumas dificuldades técnicas, como na escavação dos tanques, na instalação dos equipamentos e na implantação dessa ação de intervenção. Todavia, esse elemento pode justificar o investimento em ações que sejam ajustadas e adaptadas à realidade regional, e que visem capacitar as famílias locais em ações em torno da piscicultura, tendo em vista a importância capital dessa atividade para a alimentação das famílias e para a geração de renda entre os agricultores familiares.

Porém, Sousa *et al.* (2010) relatam que, após anos de reivindicações, os movimentos sociais atuantes na região conseguiram, em 1992, que a ELETRONORTE (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A) reconhecesse os impactos causados regionalmente (normalmente tais impactos são reconhecidos apenas em relação às áreas inundadas pela construção do lago, localizadas a montante) e formulasse um Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí (PPDS-JUS). O plano regional

consolidou-se após um longo processo de planejamento participativo que envolveu prefeitos, vereadores, pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas, pesquisadores, instituições públicas e não-governamentais (PPDS-JUS, 2003, p. 07).

Foi fundado ainda o Conselho Gestor do PPDS-JUS, que é composto por número paritário de representantes de Governo e da sociedade civil organizada (participam os Governos Municipais, o Governo Estadual, os movimentos sociais, as entidades de classes e a ELETRONORTE). A construção e implementação do PPDS-JUS representa um marco no estabelecimento de uma nova institucionalidade política na relação da ELETRONORTE, responsável pela construção e gerenciamento da UHE de Tucuruí, com a região. Até então, a relação da empresa com a região localizada a jusante da barragem era definida predominantemente através de “negociações de balcão” com as chamadas elites dominantes locais, representadas principalmente pelos prefeitos da região e políticos tradicionais.

Além da construção dos acordos de pesca em várias localidades da região, a formulação do PPDS-JUS mostrou que as comunidades e as organizações representativas da população local

possuíam capacidade de mobilização, juntamente com algumas instituições governamentais e não-governamentais de apoio e assessoria, para tentar reverter, ou ao menos minorar, os impactos da diminuição dos recursos pesqueiros e da ameaça à segurança alimentar das famílias ribeirinhas. Certamente, esse tipo de mobilização pôde ser apoiado por meio de ações que visaram contribuir para auxiliar na construção coletiva de acordos de gestão dos recursos naturais, e ainda buscaram ampliar a possibilidade de garantir ações de intervenção técnica que possibilitassem alcançar um maior equilíbrio nos sistemas produtivos locais, notadamente no que se refere ao consumo das famílias e à geração de renda por meio da produção pesqueira.

Assim, como se pode observar na contextualização apresentada, o Baixo Tocantins é um território rural que vêm sofrendo profundas transformações desde os anos 1990, principalmente no que se refere ao papel desempenhado pela agricultura familiar e suas organizações. No tocante às políticas públicas, também houve o investimento governamental em projetos e programas de desenvolvimento rural com base nessa categoria social, tais como as de criação de projetos de assentamentos agroextrativistas na região das ilhas, concessão de crédito produtivo, Assistência

Técnica e Extensão Rural (ATER), educação do campo e ações desenvolvimento territorial, isso para citar somente algumas políticas implementadas pelo extinto MDA e pelo também extinto MPA. Apesar de algumas oscilações em períodos distintos, os recursos públicos destinados a essas políticas têm sido bastante significativos nos últimos anos (TAVARES *et al.*, 2013).

Este investimento, ainda de acordo com os autores, acompanhado por novos princípios da ação pública, não só levou ao surgimento de novas configurações de atores e produziu novas formas de mediação entre o Estado e as populações ditas tradicionais (aí incluídos os pescadores e ribeirinhos), mas também instigou interrogações sobre os limites da imbricação entre ação pública e ação coletiva e reorientou as formas de inserção territorial da atividade agropecuária. Dentre essas interrogações, aqui destacam-se: tais transformações se traduzem por mudanças qualitativas na trama institucional local e nos modos de governança, fabricação e/ou reinvenção desse território? Qual o lugar das populações tradicionais nesse território? A quem pertence o controle social do desenvolvimento do território?

Depara-se, no Baixo Tocantins, com a desestruturação de modalidades de

controle local da atividade agrícola e extrativista (na escala cotidiana da ação e de participação dos habitantes). Frequentemente, os diversos atores, em particular os agricultores familiares que fazem parte do campesinato regional, estão potencialmente frente a situações cujo controle é muito limitado, a exemplo do que ocorre com os problemas ambientais ou com as dificuldades derivadas da diminuição dos recursos pesqueiros (TAVARES *et al.*, 2013). Nesse cenário, em alguns casos, estas populações buscaram se organizar para arquitetar construções coletivas de gestão local dos recursos naturais, como é o caso dos assim denominados Acordos de Pesca. Estes se constituem em instrumentos legais coletivos, construídos nas comunidades ribeirinhas, envolvendo a normatização das atividades de pesca. Tanto as organizações representativas dessas populações (como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR’s e a Colônia de Pescadores dos municípios), quanto instituições governamentais envolvidas com a problemática ambiental (a exemplo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – e do ex-Ministério da Pesca), dão as bases legais para que os acordos sejam construídos, fiscalizados e cumpridos. Para

isso, até mesmo a Polícia Militar e organizações não-governamentais prestam assistência para garantir o cumprimento das normas acordadas, visando a adequação da atividade à legislação ambiental que versa sobre os recursos pesqueiros (SANTOS, 2014).

Segundo a entrevista realizada com o Presidente da Colônia Z-16 (Entrevistado 01), existem atualmente cerca de 22 acordos de pesca apenas no município de Cametá, e 05 “poços de preservação” dos recursos pesqueiros do Rio Tocantins (por exemplo, o das comunidades ribeirinhas de Paruru e o de Janua Coele). Assim, poderia haver a possibilidade de montar grupos de interesse em torno dos acordos de pesca (em várias comunidades rurais de Cametá há muitas famílias envolvidas: em Jaracuera Grande há 70 famílias, em Jacaré Xingu são 120 famílias, em Juruaté são 20 famílias, em Cuxipari são 130 famílias, e em Paruru de Janua Coele são cerca de 300 famílias).

Um dos principais elementos que motivou a mobilização das comunidades em torno da constituição dos acordos de pesca no Baixo Tocantins foi a diminuição dos estoques pesqueiros a partir da expansão dos projetos de geração de energia por meio de hidrelétricas, visando beneficiar principalmente os grandes projetos de mineração que foram instalados

no Estado, como o Projeto Grande Carajás (PGC), no Sul do Pará, e as indústrias da cadeia de beneficiamento do alumínio instaladas próximas a Belém, e que são grandes consumidoras de energia (o complexo produtivo da Albrás e da Alunorte, em Barcarena), conforme descrito por Padinha e Oliveira (2008).

Por exemplo, em um acordo de pesca firmado na Comunidade de Jaracuera Grande (em Cametá-PA), em 16/02/2001 (citado por BARRA, 2013), consta em seu Artigo 2º:

Neste Acordo de Pesca, fica proibido: piaba, zagaia, tarrafa, flecha do fundo, puçá, malhadeira de número 05 (25 mm) para baixo, pari, malhadeira no poço, rede de lancear camarão, caça com cachorro nas ilhas, e captura dos animais silvestres nas 04 ilhas que serão conservadas.

Os apetrechos de pesca citados, de acordo com o MMA (2006), possuem os seguintes significados: *zagaia* – Instrumento feito de madeira e/ou metal que captura o peixe “na ova”, ou seja, no período de reprodução; *tarrafa* – utensílio feito de multifilamentos grossos de nylon com tamanho de malha de aproximadamente 05 centímetros, uma rede de forma cônica, que se abre quando lançada (formato de círculo) e se fecha quando é recolhida; *puçá* – Grande rede de malha fina, podendo chegar a 1.300 metros de comprimento. Serve para fazer grandes

bloqueios e arrasta o fundo do rio. É conhecido como “pega-tudo”, por isso haveria necessidade de extinguir esse material, segundo os acordos de pesca. A existência desse material em Cametá e região é fruto das relações patronais e políticas que se estabeleciam – muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material, que precisa de uma “turma” de pelo menos 80 pessoas para ser manuseado; *malhadeira* – Rede de pesca fabricada de fibra, tendo malhas de 4 a 6 mm entre nós e geralmente tem até 100 metros de comprimento. O termo é devido ao material de fabricação e o tamanho. A rede é de náilon; *pari* – Parede de talas que fazem cerco em locais de pouso dos peixes; entre outros apetrechos utilizados pelos pescadores e proibidos pelos acordos de pesca.

Assim, os agricultores e ribeirinhos podem defender a continuidade das ações preconizadas nos acordos de pesca a partir do histórico da atividade na região (que muitas vezes veio sendo praticada de forma considerada “predatória”), com o longo tempo de atividades de pesca que a firmou e ampliou, chegando mesmo a constituir uma “tradição” que pode ser apoiada a partir de demandas domésticas, apoiando argumentos como “o sustento das famílias depende da conservação dos estoques de

peixes”. Sua ação, desencadeada no tempo presente, recorre ao mesmo tempo a elementos interiorizados e exteriorizados, e que orientam a forma de atuação a partir de uma lógica de ação dada, que é basicamente a do estabelecimento de normas de uso e de sanções, que constituem em si formas locais

de construção de modalidades de governança (TAVARES *et al.*, 2013). A partir desses elementos da dinâmica social e organizacional local, se trabalhará a seguir com a análise dos principais resultados alcançados pela pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Baixo Tocantins é uma região na qual atividade da pesca tem bastante importância econômica e social, e na qual grande parte dos pescadores/pescadoras é associada às Colônias de Pescadores artesanais localizadas na sede de cada município, distribuídas em Zonas que representam as áreas de atuação e geralmente são limitadas pelos municípios. Assim, cada município é uma zona com estruturas organizadas de diversas formas: capatazias, secretarias, núcleos ou coordenações (BARRA *et al.*, 2006).

As primeiras Colônias de Pescadores do Brasil foram criadas a partir de 1919. Nesse período, a Marinha percorreu a costa brasileira, dividindo o litoral e os rios em Zonas de pesca, combinando a distância e o número de pescadores. Por isso, que as Colônias são identificadas pela sigla “Z” – Colônia Z-1, Z-2 e assim por diante e, em cada Estado se inicia a numeração, por meio de um novo Z-

1. Cada Colônia formada pelos agrupamentos dos pescadores no litoral, ilhas, rios e lagos seria um ponto de apoio, e para poder exercer a atividade os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias. Durante muitos anos as Colônias se viram atreladas ao Estado, sem ter efetiva participação popular, e foi somente após a promulgação da nova Constituição em 1988 que as Colônias foram equiparadas a seus direitos sociais aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, passando a ter autonomia sem a intervenção do Estado (RAMALHO, 2014). Isso justifica o recorte temporal desta pesquisa, já que o interesse do trabalho parte da mobilização social em torno das Colônias, visando lidar com as transformações socioeconômicas e ambientais vivenciadas pela atividade de pesca na região do Baixo Tocantins.

Atualmente, essas organizações sociais são geridas por uma diretoria eleita

pelos votos dos pescadores, podendo existir apenas uma em cada município, porém com diversas coordenações ou núcleos de base instalados nas comunidades tradicionais ribeirinhas, coordenadas por um pescador-coordenador, que são os representantes considerados legítimos da diretoria. Por estarem mais próximos das pessoas que exercem a pesca, são eles que elaboram as declarações de exercício da profissão, além de organizar os pescadores para os desafios, lutas e participação (BARRA *et al.*, 2006), ou seja, são os mediadores entre a Colônia e os pescadores. Essa relação é melhor explicada pelo Presidente da Colônia Z-38:

[...] nós temos as coordenações, cada coordenação tem um coordenador, nós trabalhamos assim, os coordenadores que fazem o monitoramento lá e uma ou duas, três vezes no ano faço uma reunião com cada setor desse, pra gente estar informando a todos as coisas básicas, projetos, levar ao conhecimento deles as coisas que estão acontecendo aqui na entidade. Os coordenadores levam, mas nem tudo eles sabem definir e eu vou na medida que necessitar, por exemplo se necessitar três vezes no ano ou quatro eu vou, depende da necessidade. Se o coordenador levou, informou tudo direitinho aí não vou, se tiver dúvida eu vou lá, explico, coloco tudo direitinho e volto, assim que funciona nosso trabalho de coordenação com os pescadores daquele setor, todos os setores por igual (Entrevistado 02, presidente da Colônia Z-38 de Mocajuba).

O processo de organização social no Baixo Tocantins está relacionado aos

enfrentamentos de desafios, sendo que esses podem ser entendidos sob diversas formas (PTDRS, 2010) e é nesse contexto, que a luta dos movimentos sociais em prol dos pescadores, sob a orientação da Igreja Católica (nesse momento, organizando as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's), tem seu auge em meados de 1980, quando as condições de dificuldades socioeconômicas e ambientais impostas à atividade pesqueira devido à construção da UHE de Tucuruí, da qual a região fica a jusante, despertaram nos pescadores o desejo de irem à luta em busca de melhores condições de vida e de trabalho (SANTANA *et al.*, 2014).

A criação do Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA, a partir da década de 1980, e do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS, podem ser entendidos como o fortalecimento da organização e reivindicação desses pescadores, na época em que o empreendimento estava em execução e nos períodos posteriores, construindo uma atuação direta e indireta na formação e articulação de lideranças da população pesqueira na região e no Pará. Acrescenta-se ainda o surgimento e fortalecimento de várias associações e sindicatos representativos de pescadores, e nos

últimos tempos, um aumento do número de mulheres envolvidas com as atividades de pesca (GONÇALVES, 2012).

Para Barra (2013), enquanto o grande capital pregava o desenvolvimento regional, com mudanças na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por esse capital e o cotidiano por eles vivido, construíam formas opostas de entender a realidade e de nela intervir, gerando conflitos entre maneiras diferenciadas de lidar com o contexto surgido a partir das intervenções externas na região.

A UHE de Tucuruí é tida, pelos pescadores e movimentos sociais locais, como um dos grandes problemas para a atividade pesqueira no Território. De acordo com as entrevistas, a partir do barramento do Rio Tocantins, houve uma significativa redução do pescado devido ao assoreamento dos rios, alteração da maré e da qualidade da água, conforme relatado na entrevista a seguir:

[...] foi reduzindo o pescado, inclusive nós tivemos problema de maré, onde a maré mudou de cor, onde aparecia tipo uns “piolhos” na água, que muita gente pra encher água tinha que esperar a maré ficar bem parada na hora da reponta da maré pra buscar água lá fora pra beber, pra utilizar... e tudo isso foram consequências da barragem, os rios que foram secando, estão secando... (Entrevistado 03, ex-presidente da Colônia Z-15 de Igarapé-Miri).

Isso é confirmado por Mérona *et al.* (2010), que afirma que, antes da instalação do empreendimento, a água do baixo rio Tocantins possuía cor esverdeada com transparência entre 200 cm e menos de 20 cm, temperatura com poucas variações, oxigenação boa da superfície até o fundo, pH constante e ligeiramente básico com valores entre 6,5 e 8,1 e a condutividade elétrica baixa, demonstrando uma boa qualidade da água, que sofreu alterações após o barramento do rio. Dessa forma, tanto o estudo quanto as entrevistas demonstram que essa área foi diretamente influenciada pelo fechamento da barragem, o que pode ter dificultado o desenvolvimento da ictiofauna (a diversidade de espécies de peixes), e diminuindo sua abundância, como sugere o depoimento a seguir.

Antes da barragem aqui, você jogava 20 metros de malhadeira no rio, pegava quantidade de peixe, hoje tu leva 100 peças de rede pro rio é arriscado não pegar nem comida pro teu filho, entendeu, pra tu vê a diferença que tá hoje [...] há vinte anos tinha muito, era abundância aqui, era peixe pra todo lado, hoje nós já perdemos a quantidade, nós já perdemos mais tipo de peixe do que tem hoje, peixe desapareceu [...] na época do defeso aqui, aí a ELETRONORTE controla aqui o nível da água, o que é que acontece nesse período época de reprodução aqui, a água sobe um metro e meio tá, ela cresce, aí o peixe entra e desova, quando é na segunda feira eles fecham, aí a água baixa né... e o peixe que tá lá pra dentro fica preso, tá

morto a ova, quantidade de ova dos alevinos que já tão ali já tão morrendo, entendeu. Olha tem local aqui que tu vai atolando o pé na ova de peixe (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Nesse contexto, alguns autores mencionam uma diferença extrema da produção pesqueira na área de influência da barragem, onde o reservatório produz um volume de pescado que representa mais de 60% do total registrado nos diferentes mercados da região, com uma média anual em torno de 4.000 toneladas, em comparação com a produção dos mercados da área a jusante, que não ultrapassa 300 toneladas ao ano, e afirmam que os dados são o inverso do que foi observado antes do represamento, com uma diminuição considerável da produção da área a jusante e o surgimento de uma produção elevada na zona inundada pela represa (MERONA *et al.*, 2010).

Entretanto, não se deve considerar que o represamento do Rio Tocantins tenha sido o único elemento causador da escassez do pescado na área a jusante da barragem,

pois é necessário levar em conta o aumento populacional da região⁸, a retirada da mata ciliar, a concorrência de pescadores de municípios vizinhos (as chamadas “invasões”, segundo os entrevistados), que além de causarem esgotamento dos recursos pesqueiros, também ocasionam conflitos, mas sobretudo o elevado índice de pesca predatória, seja ela na época de reprodução das espécies ou não, por uso de apetrechos inadequados e proibidos por lei⁹, através de envenenamento com substâncias vegetais tóxicas¹⁰ nos rios, lagos e igarapés provocados pela ação humana, fato este confirmado em todas as entrevistas, como mostra o depoimento abaixo.

Primeiro, o maior problema é a predação de área ribeirinha, de ilha, lago, de rio, eles jogam veneno e aquela água fica toda infectada de veneno e o uso da Flecha que é dia e noite [...]. A pesca predatória aqui é um absurdo. Olha aqui... o peixe está acabando, nós estamos perdendo 50% ou até mais do pescado que a gente tem cada ano né, se ano passado a gente pegava dez toneladas, este ano pega cinco, ano que vem pega duas ou três, todo ano que passa a gente tá perdendo... (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

⁸ Segundo Bentes *et al.* (2014, p. 174), “o crescimento das capturas (1% ao ano) não satisfaz quantitativamente as necessidades alimentares da população residente nos três municípios pesquisados [Baião, Mocajuba e Cametá], cujo crescimento foi de 3% ao ano, no período de 2000 a 2010”, podendo acarretar na sobrepesca e no aumento do esforço de captura.

⁹ Entre os apetrechos inadequados e proibidos por lei, podem ser citados o puçá e a flecha (também conhecida como “mergulho de visor” ou “espingardinha”) (DIAS, 2015, p. 114).

¹⁰ Nesse caso, podem ser citados o assacu (*Hura crepitans* L.), e o timbó (*Ateleia glazioviana*), veneno proveniente da rotenona, que os pescadores podem lançar nos rios para matar os peixes (DIAS, 2015, p. 114).

Confirmando essas impressões, estudos como de Santos (2005, citado por FILGUEIRAS; SANTOS, 2006), apontam que os problemas relacionados à carência pesqueira no Baixo Tocantins passam a ser registrados a partir dos anos 1980. O diagnóstico realizado pelo PPDS-JUS chama atenção para esta questão quando afirma que:

Embora desde 1978 já houvesse uma tendência de queda progressiva da captura, de acordo com dados da SUDEPE (hoje IBAMA), o declínio registrado pode ser um reflexo da ação conjunta dos impactos da UHE Tucuruí sobre o sistema a jusante e sobre o ciclo hidrológico, da sobrepesca dos principais estoques e do acelerado desmatamento das margens do rio Tocantins, além da captura não seletiva e de práticas predatórias como o uso de redes finas e do timbó (PPDJUS, 2003, p. 07).

Ainda reforçando essas afirmações, podem ser citados dados comparativos, a partir das décadas de 1980 e 1990, segundo os quais houve uma queda de 65% na quantidade comercializada de peixes no Baixo Tocantins no período depois do barramento do rio, sendo que a região a jusante da barragem participava com 45% das capturas antes da construção da barragem, e depois passou a 25% devido aos efeitos ambientais do barramento, como “a alteração na qualidade da água e redução do espaço necessário para o deslocamento e reprodução das diversas espécies de peixes”

(BENTES *et al.*, 2014, p. 174), entre outros fatores.

Outros estudos mostram que, nas áreas a jusante da barragem, houve uma diminuição do desembarque de algumas espécies típicas da bacia hidrográfica do rio Tocantins, como o mapará. Um dos indicadores estudados por Hallwass (2011, p. 28) mostra que houve uma diminuição de 12,6 para 9,7 na média de abundância da espécie (baseada na quantidade de biomassa total, em kg, desembarcados nos mercados pesqueiros da região), antes do barramento e 22 anos depois, respectivamente. Ainda segundo o autor supracitado, a diminuição da quantidade da abundância de mapará nesses desembarques se deve também ao fato de que “esse peixe, por ser planctívoro, foi negativamente afetado nos anos seguintes à conclusão da barragem, devido à água pobre em nutrientes que é liberada pelo reservatório” (HALLWASS, 2011, p. 42). Portanto, algumas mudanças ambientais em função da barragem podem ter contribuído efetivamente para a diminuição desses desembarques pesqueiros.

Outros dados mostram que, embora espécies de peixe como a pescada tenham aumentado sua captura (por ser carnívora e não migratória, não é tão afetada por

barragens), “a diminuição da produção pesqueira, incluindo espécies de valor comercial, diminuiu também a rentabilidade financeira da pesca entre 55 a 58% no Baixo Tocantins” (HALLWASS, 2011, p. 43), cerca de duas décadas depois da barragem, e isso certamente influenciou na percepção dos pescadores sobre essa questão, inclusive resultando no esforço para a constituição dos acordos de pesca no território, conforme destacado nas entrevistas realizadas.

Nessa situação, na qual a produção do pescado entra em declínio devido à exploração negativa dos estoques pesqueiros, podem ser afetados os atores sociais dependentes dessa atividade e consequentemente a economia regional, pois a carência do produto não consegue atender à demanda, ocasionando a elevação dos preços e a importação de pescado de outras regiões (FILGUEIRAS; SANTOS, 2006). Assim, as colônias de pescadores buscam apoio de instituições como o IBAMA e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, para advertir, prender apetrechos inadequados ou até mesmo punir pescadores em atuação irregular.

Porém, segundo as entrevistas, a presença desses órgãos se restringe basicamente à época do defeso, o que

dificulta o controle da sobrepesca em outras épocas do ano. Entretanto, ao tomar conhecimento de tais acontecimentos, os representantes das colônias de pescadores afirmam que procuram atuar em busca da conscientização dos seus associados e da comunidade onde está acontecendo a sobrepesca, embora sem muito sucesso. Mesmo assim, a atuação é restrita, pois estas instituições se fundamentam atualmente em “organizar os pescadores na busca de seus benefícios sociais como: auxílio doença, auxílio maternidade, pensão por morte, auxílio reclusão, seguro desemprego, entre outros” (Entrevistado 01, presidente da Colônia Z-16 de Cametá), se ocupando em menor escala de questões mais relativas à execução das políticas pesqueiras.

Diante do cenário que no Baixo Tocantins vem se configurando ao longo dos anos, em relação aos estoques pesqueiros, sente-se a necessidade de reverter tal situação, seja por meio de políticas públicas direcionadas para esse setor específico, seja por meio do fortalecimento das formas de organização social presentes localmente.

Dessa forma, as principais políticas públicas voltadas para pesca artesanal são o Seguro-Defeso, e os créditos produtivos

concedidos às famílias associadas às Colônias (Entrevistado 06, Assessor Técnico do extinto MPA no Estado do Pará). Já os acordos de pesca são pactos feitos entre as comunidades para definir as regras da pesca, uma alternativa de pescar conservando o meio ambiente e os recursos pesqueiros. Esses manejos comunitários são reconhecidos legalmente nos âmbitos federal (através do IBAMA), municipal

(pelas Prefeituras) e local (pelas Colônias de pescadores) (BENTES *et al.*, 2014).

As 05 (cinco) instituições pesquisadas possuem aproximadamente 36.300 (trinta e seis mil e trezentos) pescadores associados, distribuídos de acordo com o que mostra a Tabela 1, um número importante frente à população regional.

Tabela 1: Dados sobre as Colônias de Pescadores do Território do Baixo Tocantins

Colônia	Município	Número de pescadores associados	%	Número de acordos de pesca
Z -15	Igarapé Miri	4.500	12,4	08
Z -16	Cametá	14.000	38,6	22
Z-34	Baião	7.000	19,3	02
Z-38	Mocajuba	3.800	10,5	05
Z-46	Limoeiro do Ajuru	7.000	19,3	23
Total	-	36.300	100	60

FONTE: Dados de Campo (2016).

Os dados coletados ainda mostram um número importante de acordos de pesca no Território do Baixo Tocantins, destacando-se os municípios de Limoeiro do Ajuru, com 23 acordos atualmente em vigência, e Cametá, com 22 acordos, o que demonstra um grau importante de organização das comunidades locais em torno da conservação dos recursos pesqueiros, apesar das dificuldades de manutenção das regras dos acordos e dos conflitos surgidos frequentemente

(MARQUES; PIRAUX; TAVARES, 2014).

O número de associados tende a crescer ao longo dos anos, apesar dos frequentes mapeamentos e recadastramentos, que retiram muitas pessoas tidas como irregulares na atividade pesqueira, como mostram as entrevistas a seguir:

Os pescadores têm todo direito aqui, eu peguei essa colônia tava no fundo do poço, eu peguei com 12 mil associado, hoje eu tenho 6153 associados, eu não tirei ninguém ainda, então a gente trabalha tudo

dentro da legalidade, qualquer coisa que a gente sabe aqui, vai lá ver o que é [...] (Entrevistado 04, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Vamos ter que trabalhar na legalidade pra poder divulgar melhor nosso trabalho... e é desse jeito, mas preocupado [...], nós vamos afastando todos os pescadores do nosso município, mais de mil vai sair... tá um recuo enorme... mais de mil tá saindo... e quem mora nos outros municípios vem pegar transferência, mas só dentro de Belém vai da quase 400, que vive em Belém recebendo seguro, aí tá suspensa a carteira, vai ser cancelada a carteira de tudo eles, por que acho que não tem condição, isso desmoraliza... não efetiva a dignidade lá atrás que tava tendo, entrando nesse jogo de especulação (Entrevistado 05, Presidente da Colônia Z-34 de Baião).

Esses elementos demonstram que, apesar das dificuldades, as Colônias de

Pescadores do Território, apoiadas por outras entidades, mantém um número importante de associados, e por meio de políticas compensatórias, como o Seguro-Defeso, ou pela constituição de acordos de pesca (cuja iniciativa partiu primeiramente dos movimentos de pescadores, incluindo posteriormente outras instituições, como as estatais, sendo posteriormente regulamentada, como demonstram SANTOS, 2014 e DIAS, 2015), se busca garantir dinâmicas próprias visando permitir a continuidade da atividade da pesca, mesmo com a diminuição das capturas que vem sendo registrada nas últimas décadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, os problemas relacionados à carência pesqueira no Baixo Tocantins passam a ser registrados a partir dos anos 1980, sendo oriundos basicamente de dois fatores: o processo predatório de captura, bem como a concorrência de pescadores de outras áreas, desde os anos antecessores à implantação da barragem de Tucuruí, e também a partir da instalação desse empreendimento.

Esses fatores mobilizaram os movimentos sociais a requererem práticas sociais inovadoras e internas ao âmbito desta região, a fim de modificar esta

tendência à escassez, através de meios que visem a manutenção e a exploração sustentável dos recursos naturais, como o acesso às políticas públicas que atendam a pleitos regionais, e também a criação e o fortalecimento dos acordos de pesca na região, por exemplo.

Tais aspectos foram sendo construídos aos poucos, a partir das ações organizativas dos movimentos representativos dos pescadores do Território, baseados principalmente nas Colônias de Pescadores, como maneiras de reação legítima frente a problemas sociais,

econômicos e ambientais que trouxeram dificuldades para o modo de vida das populações ribeirinhas da região. Outras alternativas técnico-produtivas também estão sendo discutidas (como por exemplo, o estímulo à atividade de piscicultura em

áreas de várzea, que, no entanto, não foi objeto de estudo do presente trabalho). Sendo assim, a pesquisa gera elementos para futuros estudos sobre tais temáticas no âmbito do território do Baixo Tocantins.

6. REFERÊNCIAS

AMORIM, C. História das Colônias de Pescadores no Brasil. **Jornal Martim-Pescador**, maio 2014. Disponível em: <<http://www.pesca.sp.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BARBOSA, M. *et al.* **Diagnóstico Rápido Participativo da Comunidade Caripi, Cametá – PA**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 68 p. (mimeo.).

BARRA, J. D. F. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá-PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** (Mestrado em Educação) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2013. 116 p.

BENTES, E. dos S.; SANTANA, A. C. de; ALMEIDA, O. T. de; SANATANA, A. L. de; A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos – NAEA**, Belém, dez. 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Lei nº 11.959/2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável –**

PTDRS: Território da Cidadania do Baixo Tocantins. Cametá-PA: APACC/SOMECA, 2010.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. **Cartilha da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Plano de Desenvolvimento Sustentável, Mais Pesca e Aquicultura**. Brasília: MDA, 2013a.

_____. **A abordagem territorial no Plano Mais Pesca e Aquicultura: consolidando uma política de Estado**. Apresentação em MS Power Point 2013. Brasília: MDA, 2013b.

DIAS, S. C. **Desenvolvimento Territorial em Unidades de Conservação: o caso da RESEX Marinha de São João da Ponta-PA** (Graduação em Pedagogia) – Cametá-PA: Universidade Federal do Pará, 2015. 115 p.

DURR, J.; COSTA, F. A. Cadeias produtivas de base agrária e desenvolvimento regional: o caso da região do baixo Tocantins. **Amazônia**, v. 3, p. 55-92, 2008.

FILGUEIRAS, G. C. F. C.; SANTOS, J. N. A. dos. Inovação e Práticas Endógenas na Atividade Pesqueira do Baixo Tocantins: uma alternativa face à dificuldade de oferta. **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, jul. 2006.

GONÇALVES, A. C. O. **Desenvolvimento Territorial em Unidades de Conservação: o caso da RESEX Marinha de São João da Ponta-PA** (Mestrado em Geografia) – Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. 120 p.

HALWASS, G. **Ecologia Humana da Pesca e Mudanças Ambientais no Baixo Rio Tocantins, Amazônia Brasileira** (Mestrado em Ecologia) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. 97 p.

MARQUES, S. de F.; PIRAUX, M.; TAVARES, F. B. Políticas Públicas sobre a atividade da pesca no Baixo Tocantins: algumas considerações. **X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção-SBSP** (GT 2 – Iniciativas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar). Foz do Iguaçu-PR: SBSP, 2014. p. 913.

MÉRONA, B. de.; JURAS, A. A.; SANTOS, G. M. dos.; CINTRA, I. H. A. **Os peixes e a pesca no baixo Tocantins: Vinte anos depois da UHE de Tucuruí**. Belém: ELETRONORTE, 2010. 208 p.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cametá: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional**. Brasília: MMA, 2006. (Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos A - PDA).

MPP. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Brasil. **Cartilha Projeto de Lei de iniciativa popular sobre Território Pesqueiro**. Fortaleza: MPP, 2012. 30 p.

NOGUEIRA, A. C. N. *et al.* Diagnóstico da Comunidade de Agricultores Familiares de Ajó, Cametá-Pará. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v.1, n. 1, p.30-38, jul. 2011.

PADINHA, M. R.; OLIVEIRA, J. M. G. C. de. Repensando a rede urbana na Amazônia: Novas Dinâmicas Sócio-Espaciais Para Antigas Cidades. **Seminário Internacional - Amazônia e Fronteiras do Conhecimento/ NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**. Belém: UFPA 2008.

PPDS-JUS. **Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí**. Minuta preliminar. Belém: Conselho Gestor do PPDJUS / ELETRONORTE, 2003 (mimeo).

RAMALHO, C. W. N. Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: da Reserva Naval à aquícola. **RURIS**, v. 8, n. 1, mar. 2014.

RESQUE, A. G. L. *et al.* **Diagnóstico da Ilha Cação: aspectos para compreensão de um campesinato amazônico**. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 48 p. (mimeo.).

SANTANA, A. C de; BENTES, E. dos S; HOMMA, A. K. O.; OLIVEIRA, F. de A.; OLIVEIRA, C. M. de. Influência da Barragem de Tucuruí no Desempenho da Pesca Artesanal, Estado do Pará. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 02, p. 249-266, abr. / jun. 2014.

SANTOS, G. M. dos e SANTOS, A. C. M. dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, n. 19, v. 54, 2005.

SANTOS, V. B. Acordos de Pesca e “capital social ribeirinho” na Amazônia Oriental: a dimensão cultural em concepções contemporâneas de desenvolvimento e sustentabilidade. **38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Caxambu-MG: ANPOCS, 2014.

SILVA, M. das G. da. **O Reordenamento Sócio-Territorial na área da UHE Tucuruí: o caso da pesca no Baixo Tocantins, Pará – Brasil.** Campinas: SBS, 2003. 21 p.

SILVA, V. L. da; LEITÃO, M. do R. de F. A. **A regulação jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras.** João Pessoa: UFPB, 2012. 28 p.

SILVA JR., A. *et al.* **Diagnóstico da Ilha Jacaré Xingu, Município de Cametá-PA.** Belém: UFPA / NEAF, 2010. 64 p. (mimeo.).

SILVA JR., B. R. *et al.* **Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**

da Comunidade Ponta Grande, Cametá, PA. Belém: UFPA / NEAF, 2010. 85 p. (mimeo.).

SIT / MDA. Sistema de Informações Territoriais / Ministério do Desenvolvimento Agrário -. 2011. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SOUSA, B. M. S. C. *et al.* **Projeto Pedagógico do curso de Letras da Faculdade de Linguagem.** Cametá-PA: UFPA / CUNTINS, 2010. 136 p. (mimeo.).

TAVARES, F. B. *et al.* **Ação coletiva e uso de recursos naturais na agricultura familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA).** Belém: PROEXT / MEC, 2013. 54 p.